

DOS PRIMÓRDIOS DA ACAPO (1977)
AO SEISTO TRIÊNIO DE SUA EXISTÊNCIA (2006)

Por Isidro E. Rodrigues

DOS PRIMÓRDIOS DA ACAPO (1977) AO SEISTO TRIÊNIO DE SUA EXISTÊNCIA (2006)

UMA INSTITUIÇÃO SEM HISTÓRIA É UMA ABERRAÇÃO. Só a aniquila, quem tem medo de
nela se rever.

Para que conste na cédula de nascimento da ACAPO algo da sua gestação e infância, registei,
neste pequeno opúsculo, o que me foi possível recuperar no fundo das
memórias, antes que elas se esfumem por completo na lonjura dos tempos

ARTIGO I

A ORGANIZAÇÃO DOS CEGOS DE Portugal (OCEP)

MOVIMENTO TIFLOASSOCIATIVO UNITÁRIO - DA OCEP À ACAPO

Não querendo apagar a memória de tantas realizações levadas a efeito pelas associações de cegos que no passado foram os portos de abrigo dos deficientes visuais, os Consulados onde estes procuravam protecção e apoio para poderem sobreviver no seio de uma sociedade que não os reconhecia como homens e mulheres de pleno direito, que os considerava apenas como seres dignos da sua misericórdia, da sua piedade, relevamos o que pensamos enquadrar-se dentro do tema que nos propomos colocar à consideração dos que ainda se vão interessando por estas matérias, ou seja, os factos que mais directamente contribuíram para que o dividido tifoassociativismo português convergisse numa entidade nacional (a ACAPO).

Assim, hoje, como na década de setenta, valorizamos a atitude ponderada do meio associativo que, durante o conturbado período revolucionário, soube, por um lado, resistir à onda de assaltos, sequestros e saneamentos (que alguns tentaram, mas sem êxito) e, por outro, teve a sensibilidade e o discernimento necessários para reconhecer o positivismo da unificação das associações, que vinha sendo desejada por um crescente número de associados, em parte, resultante de uma tendência para a cooperação estreita entre as associações, que começara a dar curtos passos oscilantes nos finais dos anos sessenta, designadamente ao realizar-se um simpósio, focando a problemática inerente à deficiência visual, simpósio que decorreu no Ateneu Comercial de Lisboa, em 1969, promovido pela ABLB (Associação de Beneficência Luís Braille) e LCJD (Liga de Cegos João de Deus), em parte, como consequência

da semente lançada à terra pelo MUAC (Movimento Unitário das Associações de Cegos), embora tempestuosamente e seguindo a linha política defendida pelas forças pró-união sindical.

Consequentemente, em 1977, o Presidente da Direcção da LCJD (Isidro E. Rodrigues), entendendo que havia então condições propícias à concretização de um projecto de unificação das três associações existentes - LCJD, ACLB (Associação de Cegos Luís Braille, antes ABLB) e ACNP (Associação de Cegos do Norte de Portugal) -, propô-lo à Direcção a que presidia e, acto contínuo, submeteu-o à consideração da congénere da ACLB (Presidida por Pedro Miguéis), que o acolheu com o mesmo entusiasmo inequívoco com que os seus pares da LCJD o haviam aprovado.

O entendimento associativo, todavia, não foi completo; a Direcção da ACNP (presidida por Ângelo das Neves) deu, logo nos primeiros contactos, mostras de não estar nada interessada no projecto. Não declarando peremptoriamente o seu desacordo, foi, no entanto, tentando desmotivar os seus associados adeptos do movimento pró-unificação, espalhando falsidades, ameaçando que a Associação perderia a sua sede se embarcasse nessa aventura, devido a uma cláusula do testamento, que impedia que o edifício onde estava instalada deixasse alguma vez de ser património da ACNP.

Ainda que sem a adesão desta, mas também sem a sua recusa formal, o projecto prosseguiu com serenidade a sua concretização: foram motivados a voltar à actividade associativa elementos que há muito se haviam afastado, nomeadamente Filipe P. Oliva e Vítor Coelho; foi constituída uma comissão, que integrou, além de elementos pertencentes às direcções, alguns dos regressados ao convívio associativo, comissão que, sem perca de tempo, programou a sua actividade em duas áreas entendidas como básicas, visando a primeira, o estudo dos vários vectores conducentes à elaboração de um projecto de estatutos; a segunda, tendo como objectivo a produção de informação e respectiva difusão, por forma a gerar-se uma consciência colectiva, tanto quanto possível unânime, de aceitação de um novo modelo associativo que, em âmbito nacional, a todos representasse.

No concernente à primeira área, tudo se processou sem quaisquer dificuldades. Passados poucos meses, estava já pronto o Projecto de Estatutos, que foi impresso pelo Centro de Produção Prof. Albuquerque e Castro. Quanto à segunda área, o empenho de muitos foi determinante, tendo-se procedido a uma ampla divulgação do Projecto elaborado, quer entre os deficientes visuais, quer nos Departamentos e

Serviços Oficiais ou privados, quer em entidades internacionais e estrangeiras.

Paralelamente, promoveram-se encontros, conferências, visando o debate da problemática decorrente da deficiência visual, destacando-se de entre esses eventos uma semana de estudos, em que foram escarpelizados multifacetados aspectos da temática tiflológica e suscitadas soluções que ainda hoje tardam em ser aplicadas.

De todos os quadrantes chegavam palavras de estímulo: da área dos serviços oficiais, de entidades como os Lions, designadamente dos de Viana do Castelo, que em 1980 realizaram umas jornadas de sensibilização, tendo nelas participado, além de entidades nacionais de e para cegos, uma delegação da ONCE procedente da Galiza, tal com foi manifesto o incentivo de organismos internacionais, como a Federação Internacional dos Cegos e de individualidades de renome internacional.

Apesar de o processo se ter desenvolvido dentro de um clima extremamente propício, dois factos houve que o condenaram ao insucesso: um, decorrente da não adesão da Direcção da ACNP (que, naturalmente, não deverá ser considerado como decisivo, uma vez que uma larga faixa dos seus associados era favorável ao movimento) e o outro (este sim, fatal), gerado pela lentidão em que os trabalhos, injustificadamente, degeneraram. Se não fora o alongar-se o processo por demasiado tempo, permitindo a instalação de Direcções adversas ao mesmo, ter-se-ia institucionalizado então uma Associação de Cegos Portugueses (OCEP), resultante da fusão de, pelo menos, duas associações: a LCJD e a ACLB.

Com Direcções que abandonaram a cooperação, que voltaram a digladiar-se, a promover a guerrilha institucional, não era possível prosseguir-se na senda que se havia traçado. Face a este *status quo*, nada havia a fazer, e assim decidiu a Comissão auto-extinguir-se e esperar atentamente um momento mais propício, que oferecesse garantias de que o entendimento a nível nacional seria bem sucedido.

Esperou-se. Mas valeu a pena. Em 1987, dez anos depois de ter sido iniciado o Movimento Pró-OCEP, temos o momento óptimo para o relançamento desse nobre desiderato, já que à frente da LCJD, da ACLB e da ACNP estão elencos que privilegiam o diálogo construtivo, a aproximação de pontos de vista, a estreita cooperação, a unidade na acção, em suma, que estão programados para que uma Associação Nacional de Deficientes Visuais seja uma realidade entre nós.

Damaia, 22 de Novembro de 2001

ARTIGO II

DO ADVENTO DA ACAPO AO DEALBAR DO TERCEIRO MILÉNIO

Retomando o tema que mereceu a nossa atenção no artigo anterior, relembro que dez anos depois de se ter encetado a primeira tentativa séria, visando a unificação do tifoassociativismo português, ressurgiu o entendimento entre as três associações, graças à eleição, nas mesmas, de Órgãos Sociais favoráveis ao diálogo, programados para que uma associação nacional de deficientes visuais fosse uma realidade entre nós; entendimento que tornou possível em 1989 a institucionalização da ACAPO (Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal), entidade que havia sido definida como sendo nacional, democrática, tiflológica, solidária, reivindicativa, e, em jeito de propaganda, sempre fora apresentada como o garante indesmentível da unidade na acção colectiva, do bom entendimento entre dirigentes e massa associativa, de que os seus associados já mais perderiam direitos e privilégios, mas, pelo contrário, os teriam cada vez mais incrementados, de que, em suma, os deficientes visuais portugueses teriam uma associação sólida, quer financeira, quer estruturalmente, com capital político e técnico bastante para intervir em todas as vertentes da problemática decorrente da deficiência visual.

Com esta optimista expectativa, depois de anuladas, habilmente, resistências subtis, foram convocados os associados das três associações integrantes do processo ACAPO, que votaram favoravelmente, quase por unanimidade, a extinção destas e subsequente aglutinação na entidade nascente.

Considerados os factos assim de modo tão simplista, poderíamos ser induzidos a crer que tudo foi um mar de rosas, que o caminho percorrido não teve espinhos, sempre esteve limpo de escolhos. Infelizmente, porém, a realidade foi bem diferente. Logo de início a democraticidade, que as suas progenitoras sempre haviam acalentado, foi subvertida, ao estabelecerem-se condicionantes favoráveis à constituição de um único conjunto de candidatos às eleições para os Órgãos Sociais, conjunto que, depois de efectuadas as regimentais depurações, se manteve durante dez anos, ou seja, até à autofagia (em 1998) provocada pela entrada na liça de alguém que, por suposta ambição, ousou afrontar a liderança do todo poderoso, que fora o «grande chefe espiritual», e à simultânea introdução nas fileiras, que se julgava serem inexpugnáveis, do cavalo de Tróia, munido de hábeis guerreiros, aparentemente artífices de uma nova ordem associativa.

Sucedde que o facto de a persistente auto-candidatura à liderança das relações internacionais do recém-chegado ir contra a ambição do detentor dessa prerrogativa desde o início da nova ordem associativa, gerou uma atmosfera de antagonismos internos de tal modo insustentável, que, o Presidente da Direcção (José Arruda) apresentou a sua demissão, concertado com os que com ele se conjugaram, deixando a criança nos braços do Presidente da MAR, que então era Rui Nascimento.

No que respeita à solidariedade, também esta foi posta em causa, logo à partida da meta inicial, pois, como é sabido, as verbas para beneficiar os mais desfavorecidos foram sucessivamente sofrendo substanciais e repetidos cortes, embora os orçamentos globais tenham crescido desmesuradamente. Alicerça-se esta nossa convicção nos procedimentos relativos aos diversos tipos de subsídios e ao refeitório que, já com o elenco directivo que fez a transição do milénio, foram mais uma vez profundamente feridos.

E para quê tal crescimento orçamental?

Para suportar, evidentemente, o despesismo das sucessivas direcções que, penhorando o futuro da jovem associação, gastaram recursos financeiros que não tinham.

Apesar de se ter adquirido a Sede da DRC, a Sede Nacional e reconstruído a Sede da DRN, os associados pertencentes à DRSI, que no passado haviam tido dois espaços de convívio, cada um com sua biblioteca, com seu salão e outros, onde levavam a efeito eventos culturais, recreativos, desportivos, acções de carácter cívico e político, aulas de alfabetização, cursos liceais e de formação profissional, viram-se, já nos últimos cinco anos do milénio, confinados a um pequeno pátio, duas ou três desconfortáveis celas que o circundam; ainda que se tenha ostentado no exterior uma imagem de pujante bem estar, de progresso, de elevada competência, se tenha ganho, à custa dessa imagem, uma visão positiva, tanto por parte da sociedade civil como por parte dos poderes políticos e governamentais, o conteúdo real interno não suportava nem suporta essa imagem inflacionada, como confirmaram a

degradação financeira, a venda de património imobiliário, a nula capacidade para promover a formação de quadros, a reestruturação de verdadeiros cursos de formação profissional direccionados para mercados de emprego possíveis e não para aparências existentes nas mentes de quem tem andado muito distraído; a falta de vontade para assumir uma atitude de credível empenho na procura das soluções conducentes à melhoria das condições de vida dos mais desfavorecidos.

Embora tenham sido realizados um congresso, seminários, jornadas, encontros de profissionais de diversos ramos de actividade, somos forçados a admitir que essas realizações não trouxeram qualquer proveito à entidade ACAPO e aos seus associados, como é deduzível do facto de as conclusões aprovadas nos vários eventos se terem vindo a repetir, sucessivamente, no final de cada um deles, sem que tenhamos vislumbrado a mais leve consequência, mesmo daquelas que competia à ACAPO executar.

No tocante ao reivindicativo, temos simplesmente que reconhecer que, na prática, pouco ou nada se fez de palpável, durante a primeira década, e, nos subsequentes cinco anos, foi esboçada, na teoria, uma atitude diferente, houve sinais muito aparentes de que a faceta reivindicativa iria ser assumida. Contudo, essa miragem cedo se esfumou, deixando claramente a descoberto que a postura associativa face aos poderes públicos voltava, nesta matéria, à estaca zero, ou pior ainda, passava a Instituição a ficar inteiramente dependente desses mesmos poderes.

No concernente às restantes declarações de intenção, é desnecessária emissão de juízos de valor, porque o não cumprimento das promessas atrás referidas é deveras

constatável por todos quantos, ao longo deste período, acompanharam o decurso do *modus operandi* associativo.

Damaia, 10 de Abril de 2003

ARTIGO III

ACAPO SONHO ADIADO

Hoje, já com dez anos decorridos desde o difícil parto que deu origem à nova entidade tifoassociativa, relendo uma conferência que proferimos na Liga de Cegos João de Deus, aquando do seu trigésimo sétimo aniversário, somos forçados a admitir que os que comentavam, criticamente, as optimistas perspectivas que animavam o meio associativo dos deficientes visuais portugueses, não deixavam de ter justas e fundadas razões para assim proceder. Diziam alguns (embora timidamente e em segredo, para não serem acusados de retrógrados, profetas da desgraça) que não era possível alguém, de cabeça fria e não contaminada pela febre do idealismo da mudança, conceber um futuro tão risonho para o associativismo que se preconizava, futuro em que todos dessem as mãos e construíssem o bem comum; que era de todo impossível construir um mundo novo assente sobre fundações profundamente degradadas e pilares caducos; que somente novas mentalidades poderiam dar corpo à entidade em que tantas esperanças eram depositadas, mentalidades que tardavam em revelar-se como autênticas. Interrogavam-se alguns, se seria de esperar que um conjunto de pessoas notoriamente marcadas pelo velho *modus vivendi* associativo pudesse contribuir para que o colectivo se regenerasse, assumisse posturas, condutas mais consentâneas com o modo de estar na vida do cidadão que deseja ser considerado como qualquer outro elemento da sociedade a que pertence, se seria de acreditar que alguém pudesse ensinar a outrem o que ignorava, que pudesse dar o que não tinha. Pairava no ar a dúvida sobre o que se poderia esperar de uma larga faixa de pessoas que sempre deram mostras de sectarismo, intolerância para com os que não professavam a sua ideologia, que sempre usaram a demagogia, um certo farisaísmo para dissimular as suas verdadeiras intenções, que estavam habituadas a utilizar técnicas subversivas para afastar do terreno todos os que, de algum modo, lhes impedissem a marcha rumo à conquista do *poder, do domínio das estruturas associativas de deficientes*.

Questionava-se ainda se não se estaria a correr um certo risco, ao criar-se uma empresa desta natureza, havendo, em termos de numerário, quadros tão deficitários, e sendo mesmo os existentes de reconhecido baixo nível técnico-administrativo, se não indiciaria já o insucesso de tal empresa o facto de uns tantos se concertarem, dando mostra do seu espírito segregacionista, para se auto-indigitarem a dirigentes máximos da instituição nascente.

Contrapondo a argumentação expendida pelos defensores da institucionalização de uma associação nacional dos deficientes visuais, os críticos afirmavam que, no mínimo, era estranho que, num estado democrático e de direito, se tentasse

instituir uma entidade singular, sem concorrentes, com plenos poderes para se apresentar como autoridade única em representação dos interesses de todos os deficientes visuais portugueses.

O recordar de tempos vividos com alguma emoção, naturalmente, por concretizarem o sonho de 1977, ano em que obtivemos a concordância das Direcções da Liga de Cegos João de Deus e da Associação de Cegos Luís Braille para que se estabelecessem linhas de actuação conducentes à fusão das três associações de cegos então existentes, suscitou-nos algumas considerações decorrentes da observação e análise dos factos ocorridos nos dois primeiros mandatos, em que foi Presidente da Direcção Nacional, Francisco Alves, e da constatação de que, como resultante das transformações entretanto operadas, os benefícios que são oferecidos aos afectados por deficiência visual continuam a ser diminutos (alguns, mesmo cortados), ainda que os encargos financeiros para garantir a funcionalidade da ACAPO tenham sofrido um agravamento, por quase todos inconcebível no dealbar da sua institucionalização e, em meia dúzia de anos após, inaceitável por muitos que olham com desencanto e até com angústia um futuro comprometido e, talvez mesmo, hipotecado.

Nessa conferência, em que tratámos o tema "O Associativismo Português e a sua Inserção no Movimento Associativista Internacional - Realizações, anseios e perspectivas", expusemos ideias que ainda hoje não rejeitamos, formulámos juízos de valor que, pese embora algum desencanto, ainda agora, pensamos poderem ser concretizáveis.

Por forma a confrontar dois tempos de sentir uma problemática a que de alma e coração nos votámos, passamos a transcrever a referida conferência, finalizando com o que se nos oferece dizer acerca do sucedido nos anos que precederam as eleições em que foram eleitos os dirigentes que vão, no terceiro mandato, conduzir (oxalá a bom porto) a Associação dos Cegos e Amblíopes Portugueses.

O Associativismo Português e a sua Inserção no Movimento Associativista Internacional Realizações, Anseios e Perspectivas

37 anos são já passados desde o dia em que um grupo minoritário de deficientes visuais se decidiu a fundar uma nova associação de cegos que, na sua óptica, devia dar respostas a necessidades de ordem formativa, profissional, cultural e social que, até então, não haviam sido tão persistente e nitidamente sentidas por aqueles que a sociedade teimosamente continuava a segregar, considerando-os o alvo preferencial da sua caridade, que lhe permitia manter vivos e, até mesmo, exercitar os seus dotes de benemerência.

Esta associação foi baptizada com o nome de Liga de Cegos João de Deus, em homenagem ao poeta que dedicou uma boa parte da sua actividade intelectual à educação das crianças e que, em certa medida, apoiou o tiflopedagogo José Cândido Branco Rodrigues, quando este instituiu em Portugal as primeiras escolas para cegos, e nelas introduzia o Braille, sistema de leitura e escrita que havia sido divulgado a partir do segundo quartel do século XIX e rapidamente se implantara em toda a Europa, contribuindo decisivamente para que uma nova era se iniciasse para os cegos, que passaram a ter o acesso ao manancial que a faculdade de saber ler e escrever propicia a qualquer Ser Humano.

Até ao início da década de cinquenta, os deficientes visuais portugueses tinham a possibilidade de se reunir somente em torno da Associação de Beneficência Luís Braille, que fora criada em 1927, para que os seus associados (fundamentalmente músicos ambulantes) pudessem contar com algum apoio, nas actividades por eles desenvolvidas para conseguir sobreviver, em condições extremamente adversas, geradas principalmente pela mentalidade então reinante tanto a nível da Igreja como dos sucessivos Governos e da sociedade civil, mentalidade da qual os deficientes visuais não podiam esperar a compreensão, o entendimento da sua problemática, mas tão-somente a misericórdia, a piedade.

Ao longo desta década, e muito particularmente na seguinte, foram-se operando importantes transformações, tanto a nível das mentalidades como dos comportamentos, que muito contribuíram para que os deficientes visuais pudessem passar a aspirar a uma vida melhor, mais justa, mais digna de ser vivida. Nesses tempos de mudança, não era assim tão raro encontrarem-se deficientes visuais perfeitamente determinados a adquirir formação, já não só no âmbito da música, mas também no das letras e das ciências. E o mais surpreendente é que as barreiras à concretização dessas aspirações se iam pouco a pouco desmoronando: Os liceus (nomeadamente o de Oeiras, Gil Vicente, Paços Manuel) começaram por permitir que lá fizessem os seus exames os alunos que, por iniciativa própria, a isso se propunham e, a partir do final dos

anos cinquenta, os que eram propostos pelos estabelecimentos de ensino especial (designadamente o Instituto de Cegos Branco Rodrigues e o Asilo Escola António Feliciano de Castilho que, entretanto, aumentaram a sua capacidade de ensino até ao nível do Curso Geral dos Liceus) para, mais tarde, acolherem com agrado os deficientes visuais que passaram a frequentar, em regime integrado, as suas salas de aulas. Neste aspecto, as Universidades também não se afastaram da tendência geral, tendo a Faculdade de Letras de Lisboa, em 1954, conferido licenciatura em Filologia Românica a Augusto Roque Medina da Silva, o primeiro cego português a conseguir romper a malha que barrava aos indivíduos portadores desta deficiência o acesso ao Ensino Superior.

Para esta transformação pode dizer-se, sem receio de faltar à verdade, que muito contribuíram os não poucos deficientes visuais que tinham conhecimento, através das publicações periódicas estrangeiras que normalmente liam e da correspondência mantida, quer com entidades tiflológicas de outros países, quer com outros também deficientes visuais de outras nacionalidades, dos avanços, dos sucessos conseguidos um pouco por toda a parte, o que os ajudou a tomar consciência das suas reais capacidades tal como foi factor de evolução o papel desempenhado pela LCJD, ao colocar-se sob a tutela do Ministério da Educação e não, como era hábito, sob a égide do Ministério da Assistência Social e ao conseguir que aquele mesmo ministério lhe permitisse promover no seu seio actividades escolares que propiciaram a muitos associados desta instituição a frequência e conclusão, com êxito, dos cursos liceais, actividades que mais tarde passaram a ser subsidiadas pelo próprio Ministério que as reconhecia como sendo um bem público digno de ser apoiado e incentivado.

Nesta acção renovadora se empenhou também a ABLB (actual ACLB) que, revitalizando-se e modificando a sua actuação de molde a adequar-se à realidade da época, não quis deixar-se ultrapassar pela jovem entidade tifoassociativa. Assistiu-se então a uma competição, às vezes desnecessariamente agressiva, entre as duas associações, que hoje, à distância, pensamos ter sido genericamente benéfica, uma vez que as conduziu à acção, lhes deu a força anímica para fazer mais e melhor, por forma a que cada uma delas pudesse obter mais prestígio que a outra, conseguir uma certa preponderância e, se possível, a liderança do movimento associativo português.

Em 1963, a Direcção Geral da Assistência levou a efeito "Uma Semana de Estudos sobre Problemas relacionados com os Cegos e a Cegueira", e, durante toda essa década, os Centros de Reabilitação, que entretanto haviam começado a funcionar em Portugal, foram recuperando psicologicamente e preparando profissionalmente os muitos deficientes visuais que frequentavam os seus estágios, colocando-os posteriormente, um pouco por toda a parte, no mercado normal de trabalho. Simultaneamente, nascia na cidade do Porto a Associação de Cegos do Norte de Portugal (ACNP) e o processo educacional dos indivíduos afectados por deficiência visual sofria profundas modificações, com vista à integração destes no sistema geral de educação, propiciando a todos o acesso à escolarização que, segundo a legislação em vigor, era obrigatória.

Todos estes factores, além de outros que não importa aqui referir, condicionaram positivamente o meio associativo dos deficientes visuais portugueses. Por um

lado, este estendia-se ao norte do país, por outro, passava a contar com material humano renovado: melhor preparado para enfrentar o desafio do futuro, já não dependente economicamente da família e da *caridade pública*. Agora, quando terminavam a sua escolarização, os deficientes visuais já não tinham a perspectiva sombria de ganhar o necessário para a sua sobrevivência tocando na via pública, ou, na melhor das hipóteses, num bar, nos bailes promovidos pelas sociedades de recreio e outras similares. O quadro é agora bem melhor; pintado de cores mais vivas, mais risonhas. Podia-se já aspirar a um emprego remunerado, a constituir família em condições mais dignas, à integração social em termos mais aceitáveis.

Assim, este contingente de sócios força o movimento associativo a modificar a sua actuação: leva, a partir de 1967, a ABLB. e a LCJD a porem de parte os antagonismos e a cooperarem em todas as acções que visem melhorar as condições de vida dos seus membros; condu-las a modificar a sua atitude face aos serviços e organismos que têm por competência promover a educação, a reabilitação, a formação profissional e o emprego dos indivíduos afectados por deficiência visual, bem como a participar em todas as actividades sociais, sejam elas promovidas por uma ou por outra ou por qualquer entidade diferente. Doravante, a cooperação é quase uma constante, salvo nos momentos em que as respectivas direcções, por razões pessoais ou de natureza político-partidária, pautaram a sua conduta por valores estranhos aos interesses dos colectivos que representavam.

Nos anos subsequentes as associações desenvolvem, a par dos serviços oficiais, uma actividade significativa, tendo como objectivo a sensibilização da opinião pública para com a problemática inerente à deficiência visual e aos indivíduos portadores da mesma.

Foram estas acções possíveis, porque também a imprensa, tanto escrita como falada, teve a percepção de que algo de importante se estava a operar em Portugal, no âmbito da recuperação de deficientes. Não era raro ver-se nas páginas dos jornais notícias acerca da temática que respeita aos deficientes visuais; com frequência passaram os portugueses a ouvir, na rádio, entrevistas com pessoas afectadas pela cegueira e, até às vezes, a vê-las no seu televisor.

Em 1969, a ABLB., cooperando com a LCJD, os Centros de Reabilitação e outros serviços oficiais, promoveu, no Ateneu Comercial de Lisboa, um simpósio, no qual se procedeu à análise global e detalhada da situação real dos portugueses afectados por deficiência visual, tendo-se, já nesse tempo, chegado a conclusões que pouco diferem das que hoje nos movem a romper corajosamente com o *status quo* que tão marcantemente condiciona o nosso progredir para uma sociedade mais solidária, mais justa, em que a igualdade de oportunidades não esteja somente na Lei não seja vã miragem, mas se concretize no quotidiano.

Com a tomada de consciência, por parte dos governantes, de que os deficientes visuais também tinham direito à informação, a Biblioteca Nacional de Lisboa abre ao público o Serviço para Cegos (hoje Área de Deficientes Visuais), primeira biblioteca a proporcionar leitura em Braille ou registada em banda magnética a

todos os utentes deficientes visuais que dela careçam, estejam eles em Lisboa ou Porto, no Minho, Beira Interior ou Algarve, Nos Açores ou Madeira.

Deve aqui referir-se que as escolas de ensino especial (nomeadamente o Instituto de Cegos Branco Rodrigues, o Asilo Escola António Feliciano Castilho, o Instituto S. Manuel) tinham já as suas próprias bibliotecas que, no entanto, eram utilizadas apenas pelos respectivos alunos, que as associações as possuíam, mas somente para exclusiva utilização dos seus associados, e que a Câmara Municipal de Lisboa havia aberto um biblioteca Braille destinada aos seus munícipes, tal como a Câmara Municipal do Porto abrira uma biblioteca sonora, mas esta, ao serviço de todos os cegos portugueses desde que dispusessem de um leitor do sistema Clarck and Smith.

Também nesta área de actividades inerentes à formação intelectual dos deficientes visuais, interferiram as associações positivamente. Sempre que foi julgado oportuno, deram o seu contributo para que cada vez mais os serviços prestados aos deficientes visuais crescesse tanto em quantidade como em qualidade.

A título de exemplo, pode referir-se que elas cooperaram abertamente na preparação técnica dos funcionários que integravam estes novos serviços.

Com a chegada do Abril dos cravos, as associações de cegos, à semelhança de todas as outras instituições portuguesas, viveram os acontecimentos com a natural excitabilidade, e, posteriormente, sofreram mesmo uma certa intranquilidade, uma agitação que, no entanto, nunca atingiu excessos que hoje possamos considerar graves, ou mesmo injustificáveis, desnecessários. Foi tanto assim, que as Direcções das associações de Cegos então em exercício nunca foram destituídas, nem tão pouco a sua acção foi alguma vez perturbada em termos de impedir o regular funcionamento das mesmas associações, muito embora tivesse havido algumas tentativas frustradas por parte de um grupo pouco significativo que, a curto prazo, compreendeu que os seus dois ou três agitadores eram outros tantos oportunistas que nada mais pretendiam que não fosse desestabilização, anarquia, para melhor se poderem guindar ao que entendiam ser *poder*, para conseguir pela força o que não conseguiam em eleições. Assim, as Direcções continuaram em actividade regular, tendo tomado algumas medidas que muito contribuíram para que hoje possamos estar a viver dias que seguramente vão ficar bem marcados na história do movimento associativo dos deficientes visuais portugueses.

Neste ambiente, em 1974, a Direcção da LCJD, por iniciativa do seu Presidente, Dr. Raul Almeida Capela, promove uma visita de estudo a instituições tiflológicas parisienses, o que permite, aos treze sócios que aí se deslocam, tomar contacto directo, durante oito dias, com uma realidade bem diferente da nossa, e, aos que não têm essa feliz oportunidade, propicia o conhecimento dessa realidade através dos relatórios que da mesma visita foram elaborados.

Ainda nesse ano, a LCJD rompe o isolacionismo em que as associações de cegos portugueses tinham vivido, ao candidatar-se a membro de pleno direito da Federação Internacional de Cegos, processo que viria a consumir-se em 1977. Acto contínuo, a ACLB envereda também pelo derrube de barreiras que

impedem o contacto com entidades internacionais, passando a representar no World Council for the Welfare of the Blind, embora a título de observador, os deficientes visuais portugueses.

Entretanto, no plano nacional, as associações continuam a cooperar amistosamente com as entidades que prosseguem acções que de algum modo se prendem com a problemática dos deficientes visuais, tendo a LCJD e a ACLB, em 1976, integrado a Comissão pró Cinquentenário da Morte de José Cândido Branco Rodrigues, comissão que, em homenagem a este tiflopedagogo, instituiu o prémio que tem vindo a ser administrado pela Área de Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional. Em 1978, imperando este espírito de cordialidade, a LCJD promove, com a colaboração da Associação Portuguesa de Deficientes e a Embaixada de Espanha, um conjunto de acções que tem por finalidade demonstrar que a profissão de fisioterapeuta é perfeitamente adequável aos indivíduos portadores de deficiência visual, destacando-se de entre elas uma conferência proferida, no auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, pelo então Director da Escola de Fisioterapia da ONCE, Don José Luis Gonzales Nieto.

Enquanto, por um lado, as associações de cegos de Lisboa se empenham em quebrar o seu isolacionismo face aos organismos estrangeiros e internacionais e, por outro, desenvolvem actividades tendentes à sua cooperação mais efectiva, mais consequente, entre os seus associados, e mesmo os da ACNP, alimenta-se a ideia da necessidade de unificar o movimento associativista português.

Captando esse sentimento favorável à união, a Direcção da LCJD avança definitivamente com três propostas que a sua congénere ACLB acolhe sem quaisquer reservas.

A primeira diz respeito à criação de um refeitório, onde os sócios de ambas possam tomar as suas refeições a preços protegidos; a segunda visa a instalação de uma lavandaria na sede da ACLB, que possa servir, indistintamente também, os mesmos sócios; a terceira, a mais importante, atendendo ao seu alcance, tem como objectivo a criação de uma comissão com capacidade bastante para fazer um estudo do tecido associativo existente entre nós, e, a partir deste, avaliar as vantagens e desvantagens de o substituir por um outro que, partindo da fusão das associações existentes, no espírito e na letra, na teoria e na prática, no plano interno e no externo, como uma entidade representativa, responsável, tiflotécnica, nacional, estendendo os efeitos da sua acção a todos os recantos do território português, tratando com prontidão e eficiência, de uma forma global, os problemas inerentes aos deficientes visuais, vivam eles na grande urbe ou no minúsculo e recôndito lugarejo do interior.

No que respeita às duas primeiras propostas, regista-se que a sua implementação foi praticamente imediata, trazendo àqueles que quiseram utilizar os seus serviços incontestáveis benefícios; quanto à terceira, porém, o seu percurso foi infelizmente mais longo e mais espinhoso. Nomeados os elementos que constituíram a comissão, de imediato se deu início aos trabalhos que culminaram na apresentação de um projecto de estatutos para a entidade que se designou por Organização dos Cegos de Portugal (OCEP), projecto que foi largamente

difundido, amplamente analisado e discutido em sessões públicas promovidas não só pela própria comissão mas também pelas direcções das associações e até mesmo por entidades exteriores como o Clube dos Lions de Viana-do-Castelo. Simultaneamente aos trabalhos respeitantes à elaboração do projecto de estatutos, sua difusão e discussão, outras acções foram realizadas pela Comissão, tendo-se destacado um seminário que tratou a temática seguinte:

- 1 - A visão e a cegueira;
- 2 - A psicologia da cegueira;
- 3 - Os cegos e a cegueira vistos pelos normovisuais;
- 4 - Os cegos na educação;
- 5 - Os cegos no trabalho;
- 6 - Os cegos na convivência social;
- 7 - A importância do sentido da vista na formação dos indivíduos e na organização da vida social;
- 8 - O âmbito de segregação social da cegueira;
- 9 - A acção compensadora dos sentidos restantes.

Entretanto, assistia-se na LCJD e na ACLB a um recrudescimento das lutas inspiradas em condutas partidárias, que nada tinham a ver com os verdadeiros interesses dos seus associados, mas tão-somente visavam o domínio integral das associações de deficientes por parte de grupos sectários seguidistas de forças político-partidárias. Porque os Corpos Gerentes de ambas as associações, promotores deste clima intolerante, mostravam uma indesejável animosidade contra os trabalhos em curso, a comissão decidiu suspender a sua actividade, esperando melhores dias para levar a bom porto a missão de que havia sido incumbida. Mesmo com este ambiente adverso, a cooperação entre ambas não deixou de estar viva, muito embora, por vezes, o necessário empenho tenha sido bastante débil e até mesmo rodeado de elementos que predispunham a uma certa agressividade.

Em determinado momento, foi tal a tensão, que a sociedade constituída por ambas, em 1981, para abrir o Departamento de Materiais, correu sérios riscos de dissolução.

No entanto, passado mais um período de tempestade, há, nos finais de 1986, prenúncios de que os melhores dias tão esperados se aproximam. Tanto na ACLB como na ACNP, entram em funções Corpos Gerentes cujo objectivo fundamental é retomar o processo de unificação e tudo fazer para que seja possível levá-lo a bom termo. Em Fevereiro de 1987, o Conselho Técnico da LCJD que entretanto também entrara em funções, decidiu, logo na sua primeira reunião, dar cumprimento ao ponto que, no seu programa de acção, afirmava os mesmo objectivos. Consecutivamente, em função dessa tomada de decisão, propõe à direcção desta entidade o envio de um ofício às suas congéneres de Lisboa e do Porto, convidando-as para uma reunião a fim de nela se dar início ao projecto cuja prossecução todos haviam declarado estar na primeira linha das suas preocupações. Aceitando a Direcção, sem reservas, a proposta do CT, assinou o documento que fora elaborado pelo Presidente do referido CT e enviou-o de imediato à ACLB, à ACNP e à APEDV (Associação Portuguesa de Emprego para Deficientes Visuais).

Sem demora significativa, após terem sido debelados mal-entendidos injustificados, dá-se início, em reunião realizada na sede da LCJD, em Fevereiro de 1987, ao processo que concretiza a terceira proposta apresentada pela Direcção desta entidade, há mais de uma década, que mais e melhor do que qualquer outras, nos oferece benefícios até hoje ainda não conseguidos. O passo que as Associações se preparam para dar reveste-se de uma tal importância, que os vindouros o considerarão certamente como um marco histórico. Ele é um acontecimento de tal forma relevante, que, se todos, reunindo forças, congregando vontades, dermos o melhor das nossas capacidades, as transformações por ele geradas no *modus operandi* do renovado tecido associativo português constituirão, seguramente, o garante de que o futuro de qualquer deficiente visual, viva ele no meio urbano ou no rural, será bem diferente do presente, mais digno, bem mais consentâneo com as aspirações daqueles que se inserem numa sociedade em vias de adoptar e promover no seu seio o *modus vivendi* já há muito consagrado na Europa Comunitária.

Desde que se reiniciou o processo conducente à unificação das três associações de Cegos, um longo e importante caminho foi já percorrido; caminho não liberto de escolhos, espinhos e outras dificuldades aguçadas que foi preciso ultrapassar, às vezes sacrificando princípios e ignorando afrontas, porque, verdadeiramente, o objectivo parecia-nos tão elevado, tão repleto de sentido, que justificava uma diplomacia a que, normalmente, não nos submetemos.

Foi formada uma comissão que integrou os representantes das Direcções inicialmente contactadas (exceptuando-se a da APEDV, que se auto-excluiu), comissão que procedeu ao estudo do meio associativo então dominante, da sua capacidade de adaptabilidade às estruturas sociais e mentais vigentes, da possibilidade de este evoluir por forma a poder responder pronta e eficazmente às questões que as ciências modernas e as novas tecnologias colocam ao indivíduo.

Tendo-se concluído que as estruturas associativas existentes não têm minimamente os meios necessários para realizar o que delas se exige, que, apesar dos muitos benefícios que proporcionaram aos seus associados, não apresentam hoje condições que lhes permitam adequar o seu modo de proceder, à realidade contemporânea, desenvolveu-se a ideia de que é incontestável a necessidade de se avançar rapidamente para uma associação nacional que corresponda ao espírito de descentralização reinante em Portugal, ideia que em onda se espalhou e foi pela maioria dos deficientes visuais reconhecida como um imperativo, ideia que mereceu já o apoio inequívoco, não só por parte de serviços oficiais, designadamente o SNR e o CNR, o CRL que através dos seus juristas deu parecer técnico sobre disposições estatutárias que se pretendem adoptar, e do Sr. Ministro do Emprego e Segurança Social, como também por parte de organizações estrangeiras, das quais se destaca a ONCE, que nos tem acompanhado e incitado a prosseguir, que nos ofereceu a sua colaboração técnica e, se necessário, a financeira, e que se dispõe a assinar com as associações integrantes deste movimento unificador um protocolo de cooperação que bem poderá ser a célula-mãe de uma futura estrutura ibérica.

Também da União Mundial de Cegos, mais propriamente da sua estrutura regional, a União Europeia de Cegos, nos têm chegado preciosos incentivos. Com essa

missão fez deslocar ao nosso país um dos seus mais prestigiados dirigentes (o Sr. Tom Parker), que dedicou grande parte da sua vida à causa dos deficientes visuais.

Graças ao trabalho já realizado, procedeu-se de imediato à elaboração de um projecto de estatutos que já começou a ser divulgado para que o mesmo possa ser apreciado e sujeito a debate público.

Tendo em consideração o patamar, já alcançado, estamos, pois, na expectativa de ver consumado este processo, que já se alonga demasiadamente.

Embora não esquecendo os serviços prestados à causa dos deficientes visuais portugueses, pelas associações existentes, ardentemente, desejamos que seja pela última vez que comemoramos os aniversários destas nossas instituições de solidariedade social, e que passemos, ano após ano, a celebrar os aniversários daqueloutra que vai nascer, da qual todos esperamos que venha a desenvolver, com competência, seriedade e dignidade, todo um conjunto de acções que, por um lado, vise a formação dos deficientes visuais tanto a nível físico como intelectual, a sua escolarização efectiva, uma formação profissional adequada que lhes permita aceder em pé de igualdade com os normovisuais ao emprego, a participação em pleno nas actividades comunitárias, a formação de um auto-conceito positivo que os estimule, que os incentive a progredir sempre e cada vez mais; que, por outro, contribua para a transformação das mentalidades por forma a que a sociedade cada vez mais se liberte dos ancestrais conceitos que tem dos deficientes visuais e da deficiência que os afecta, os quais, de modo algum, correspondem à verdade, e passe a vê-los como eles na realidade são, homens e mulheres a quem tão-somente falta o sentido da visão e que por isso têm algumas limitações mais ou menos graves, que cada vez mais se vão conseguindo atenuar ou até mesmo anular, graças às técnicas de reabilitação, que se aperfeiçoam de dia para dia, à evolução da mentalidade e da solidariedade colectiva, ao progresso das ciências e das tecnologias modernas; e ainda, por outro lado, que não é menos importante que os outros dois, que influencie os poderes instituídos para que modifiquem a sua atitude face aos deficientes visuais, passando a agir de uma forma mais justa para com os mesmos, não só legislando de modo a que todos, indistintamente, tenham as mesmas oportunidades, as mesmas possibilidades de progressão em todos os níveis da sua existência, mas também pondo em prática a legislação vigente, obrigando a respeitá-la, nomeadamente os serviços oficiais deles directa ou indirectamente dependentes, que devem dar o exemplo, principalmente no tocante ao cumprimento da Lei.

Desejamos, pois, com toda a esperança que nos anima de que tudo vá ser positivamente diferente, que a futura associação de todos os deficientes visuais portugueses, no plano interno, sempre proceda no sentido de, pelo seu trabalho, pela sua competência técnica, pela sua seriedade e transparência de processos, pela sua tolerância e espírito de companheirismo, possa merecer o respeito, a consideração de todos, nomeadamente dos poderes públicos de quem se espera venha a ser um interlocutor de qualidade, e, no plano externo (mantendo o mesmo procedimento), sempre se esforce para contribuir positivamente para que em todo o mundo a deficiência visual deixe de ser considerada como um

estigma, e que os que por ela estão afectados passem a merecer o tratamento que é devido a qualquer Ser Humano.

No que atrás se expressa, é, inequivocamente, reconhecida a esperança de um futuro mais risonho, que a ACAPO assegurará aos deficientes visuais portugueses. A um ano de distância da sua institucionalização, mesmo tendo em consideração as ocorrências frustrantes que desde o início do processo vinham sucedendo, acreditávamos que o bom senso, mais dias menos dias, prevalecesse.

Vã esperança, a nossa. Logo na formação das listas (únicas) a candidatar para os Corpos Sociais, foi visível a determinação de excluir quem não fosse do lobby concertado fora do âmbito associativo. No que toca à nossa pessoa, tudo foi feito, primeiro, para que não pertencêssemos à Comissão Instaladora, depois, na gestão desta, indigitou-se Filipe Oliva para Presidente da Mesa da Assembleia de Representantes, afastando a hipótese do seu ingresso na Direcção Nacional. Quanto a nós, apenas nos foi dada a possibilidade de integrar a Assembleia de Representantes, porque os lugares na lista da Direcção nacional, do Conselho Fiscal e da Direcção Regional do Sul e Ilhas, foram ocupados, por um lado, pelos elementos afectos ao PCP pertencentes à Comissão Instaladora e, por outro, por sócios que nunca se haviam interessado pelo processo em curso e, até mesmo, pelo associativismo.

Se as manobras em curso não fossem suficientemente demonstrativas de que a ACAPO sonhada era uma vã miragem, os dois mandatos de Francisco Alves demonstrariam, com clareza, que o que se pretendia era uma ACAPO dominada pelos que não obstaculizassem o domínio associativo dos apaniguados partidários.

Damaia, Dezembro de 1997

ARTIGO IV

DO ADVENTO DA ACAPO À QUEDA DO DOMÍNIO PARTIDÁRIO

Hoje, Decorridos DEZ anos desde a fundação da ACAPO, perante, por um lado, o desaparecimento dos arquivos das suas progenitoras que, por encanto, em jeito de terra queimada, se esfumaram logo à nascença desta e, por outro, à falta de documentação que espelhe com rigor este período tão significativo da história do tifoassociativismo português, à falta de livros de actas contendo a informação inerente ao processo iniciado em Fevereiro de 1987, informação que nem os secretariados nomeados para a recolher e tratar, nem a primeira nem a segunda Direcção Nacional da ACAPO quiseram salvaguardar em suportes credíveis, à falta de acesso a documentação que seria útil consultar, recorreremos ao nosso *velho arquivo* e lá encontramos papéis, aparentemente insignificantes, já um tanto poeirentos, que têm o condão de confirmar e tornar mais vivas memórias que é difícil abafar com o véu do esquecimento.

Assim, revendo o processo que já se havia iniciado com alguma perturbação e forçados mal-entendidos, devido ao facto de o Presidente da DN da ACLB não ter acolhido o convite feito pela LCJD sem despeito, mas sim com alguma suspeição gerada por atávicos ressentimentos e ancestrais condutas, recordamos a participação nos trabalhos, de Assis Milton que, em representação da APEDV, tentou desviar o curso dos acontecimentos, mas que, a curto prazo, verificando que não tinha meios para poder redireccionar o movimento pró-unidade associativa agora reactivado, decidiu desvincular-se do mesmo, definindo a Associação de que era presidente, para justificar a sua atitude, como *associação para cegos* e não como associação de cegos.

Recordamos que se seguiram depois morosos trabalhos que exigiram paciência a quem assistia preocupadamente à aproximação do final de 1988, data em que, por imperativo estatutário, deveria ter lugar o acto eleitoral dos Corpos Gerentes da ACLB, facto que poderia quebrar o conjunto de pessoas que se declaravam, sem reservas, como adeptos do espírito de unidade agora reforçado, tal como não esquecemos que se sucederam, ao longo de uma vintena de meses, várias e diversificadas peripécias que seria fastidioso aqui referir com detalhe, e, assim sendo, limitar-nos-emos a registar os factos que reputamos de maior importância.

Após algum tempo de funcionamento, a equipa inicial foi reformulada e estruturada, criando-se uma Comissão Nacional para a Unificação das Associações de Cegos

(CNUAC) e um Secretariado Permanente para a Dinamização da Unificação (SPDU); concertaram-se posições para que fossem tomadas decisões, visando o não registo de elementos identificativos de posições assumidas individualmente, de indicadores de autoria de propostas, sugestões e outros trabalhos similares submetidos à apreciação do colectivo; nomearam-se dinamizadores regionais que foram dotados de meios, em termos de formação e informação escrita, para que pudessem exercer as tarefas que lhes eram confiadas, e organizaram-se acções de dinamização em diversos pontos do país, designadamente uma, de grande envergadura, que fora promovida primorosamente por Emílio Caetano Serra, no Tramagal, contando com quase uma centena de participantes, vindos desde o Cartaxo a Castelo-Branco, de Elvas à Covilhã; com a presença do Presidente da Câmara de Abrantes (que prometeu - e cumpriu - dotar a Biblioteca Municipal de um Serviço de Leitura para utilizadores com deficiência visual); com outras individualidades locais e com a cobertura da rádio e imprensa locais; em conclave fora do meio associativo, forjaram-se pressupostos para sustentar posições concertadas anteriormente às reuniões de trabalho; montaram-se estratégias (cujos efeitos só com alguma habilidade puderam ser atenuados), visando o afastamento de quem incomodava os que não tinham pressa, e construíram-se puzzles, por forma a secundarizar os que não afinavam pelo diapasão do maestro, aqueles cujas posturas não convinha que fossem conhecidas publicamente, para não influenciarem, de modo algum, a formação de uma opinião contrária aos interesses dos que ambicionavam manter-se em posições de cúpula; foi rejeitada uma proposta em que o proponente (sempre o mesmo), prevendo já o destino reservado à documentação que ainda hoje se encontra em situação de injustificada precariedade e, talvez, de irremediável impossibilidade de recuperação, se comprometia a ditar para livro as actas escritas em Braille, aproveitando a disponibilidade de tempo de sua mulher que, por estar grávida, permanecia em casa.

Assim, através de caminhos nem sempre libertos de sinuosidades, avançando-se umas vezes e recuando-se outras, aprovando-se matérias que mais tarde (apesar de se ter aprovado o princípio de que nenhuma deliberação seria votada uma segunda vez) foram de novo trazidas à mesa da discussão pelos que não se conformavam com o facto de a sua posição ter sido rejeitada anteriormente (a título de exemplo, recorde-se que fora primeiro aprovado que a nova entidade tiflológica se denominaria Associação de Deficientes Visuais Portugueses (ADEVIP) e só depois, numa outra reunião da CNUAC, tendo os vencidos angariado votos nos bastidores, Associação de Cegos e Amblíopes Portugueses), chegámos ao entardecer do Verão de 1988.

Com cerca de duas dezenas de meses decorridas desde o início dos trabalhos para a unificação, verifica-se que, como resultante da acção dos elementos interventores no movimento pró unidade associativa, fora formada uma opinião que, embora com um ou dois opositores que tentavam chamar a si prováveis prosélitos, podia ser considerada como genericamente favorável à unificação; constata-se que se tinha na bagagem um projecto de estatutos, elaborado por Claudino Pinto, em concertação com juristas do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e com a CNUAC, projecto que, depois de ter sido largamente difundido, fora amplamente debatido, merecendo, por um lado, a aprovação generalizada dos associados das três instituições envolvidas no processo e, por

outro, um apoio e uma expectativa positivista, expressos publicamente pelo Secretariado Nacional de Reabilitação (vejam-se actas do Conselho Nacional de Reabilitação dos anos 1987-89), pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional e ainda pelo Ministro do Emprego e Segurança Social (à altura, Silva Peneda), e colhendo o incentivo de instituições tiflológicas não portuguesas; mas consciencializa-se também que ensombram este conjunto de factores de sinal positivo, tanto o receio de que a prolongada falta de tomada de decisão final sustentada pela opinião publicamente manifestada por responsáveis (com destaque para Francisco Alves) de que “ainda se estavam a dar os primeiros passos” pudesse gerar uma corrente de indiferença ou até mesmo de oposição, como também o facto de se aproximar a passos rápidos o período eleitoral da ACLB que bem poderia, à semelhança do que acontecera dez anos antes com o movimento pró-OCEP, propiciar o surgimento de corpos gerentes adversos ao processo de unificação em curso.

Face à existência de um tal capital favorável à unificação, bem como a uma panóplia intrincada de factos (uns nitidamente visíveis, outros constatáveis apenas na penumbra, outros ainda conhecidos pelos seus reflexos ou devido a mal calculados actos daqueles que os urdiam na obscuridade) que bem poderiam anular todo o trabalho até então realizado, não se podia nem devia continuar a suportar a passividade instalada sem nada fazer, e assim, felizmente, sempre o mesmo se decidiu a atirar uma pedra no charco, apresentando a seguinte proposta:

1. Considerando-se a existência em Portugal de três associações de cegos, e não rejeitando o meritório papel que estas desempenharam ao serviço dos seus associados;
2. tendo presente que o movimento associativo, tanto a nível nacional como internacional, tem evoluído no sentido unificador de aglutinar as minorias em grandes blocos sociais;
3. constatando que, por tal razão, a persistir inalterável a existência das referidas associações, o seu papel na luta pelos interesses dos deficientes visuais ficaria perigosamente condicionado (como já hoje se pode notar) e drasticamente limitado a efémeras acções;
4. considerando que estas três associações não se podem alhear desta tendência unificadora tão claramente benéfica para toda a comunidade;
5. ponderando os insistentes apelos, tanto de grande número dos seus associados como de organismos internacionais e também governamentais para que as associações em questão se unifiquem numa entidade nacional;
6. tendo presente o significativo esforço desenvolvido pela CNUAC e seus antecessores, no sentido de levar à prática tal unificação, o qual permitiu a elaboração e publicação do projecto de estatutos de uma futura associação de deficientes visuais que congregue todas as energias e meios disponíveis, e promova os indivíduos das actuais associações;
7. atendendo a que a unificação das associações de cegos se nos afigura como sendo a única forma de dar resposta à multiplicidade de questões com que se confrontam os deficientes visuais portugueses;
8. tendo a convicção de que desta forma se põe termo a frequentes discrepâncias no *modus operandi* das referidas associações, e que do facto os deficientes visuais portugueses só têm a beneficiar;
9. tendo presente e avaliando com rigor o facto de a LCJD (por exemplo) se ter

envolvido profundamente neste processo por intermédio dos seus dirigentes que para tal foram mandatados em Assembleia Geral;
propõe-se:

- a) que os associados da ... (LCJD, ACLB ou ACNp), reunidos em assembleia Geral Extraordinária para o efeito, a ... de ... de 1988, votem favoravelmente a fusão desta associação, juntamente com as que se determinarem no mesmo sentido, numa única entidade que se dominará de Associação de Cegos e Amblíopes Portugueses (ACAPO);
- b) que como tal, aceitem as bases que enformam a nova entidade, em conformidade com o consignado no projecto de estatutos já amplamente divulgado;
- c) que esta assembleia Geral nomeie os seus delegados à Assembleia Constituinte da ACAPO, sendo 8 em representação dos Corpos Gerentes em vigência, 8 de entre os sócios aqui presentes e 4 de sócios residentes na província e também aqui presentes;
- d) que estes delegados sejam mandatados para sancionar os estatutos da nova associação, cumprindo escrupulosamente o estipulado na alínea B, e para proceder, como determina o projecto de estatutos, no sentido de garantir a eleição e o bom funcionamento da Comissão Instaladora da ACAPO.

Com a apresentação desta proposta, que deveria ser votada em Assembleia Geral Extraordinária pelos associados de cada uma das entidades envolvidas no processo de unificação, o seu autor tencionava tão-somente agitar as águas que para o seu gosto se encontravam demasiadamente calmas, quase em estagnação, e nunca teve em mente provocar a tempestade que sobre ele desabou por ter tomado tal iniciativa.

Ainda a leitura da proposta não tinha sido concluída e já se faziam ouvir os protestos de Maria Odete, logo secundarizada pelo coro dos habituais comparsas que, em vez de analisarem o conteúdo da proposta, mesmo que fosse com a intenção de, à partida, a rejeitarem, manifestaram a opinião de que o proponente não tinha nada que estar a preocupar-se com matéria cujo tratamento não lhe havia sido encomendado, de que a proposta não era oportuna e, portanto, não deveria ser considerada. Houve mesmo um *crânio* que inventou a existência de uma comissão formada por Francisco Alves, Filipe Oliva e Augusto Hortas, que fora eleita com essa finalidade, comissão que, graças a Deus, só a sua mentora conhecia, que todos os restantes elementos ignoravam ter alguma vez existido.

Face aos problemas suscitados pela proposta que a maioria exaltada mostrava claramente querer rejeitar, Filipe Oliva, com o seu habitual *fair play*, sugeriu que a mesma fosse por si reelaborada, pois entendia constituir ela uma boa base de trabalho. Sem oposição, Filipe Oliva trouxe posteriormente à CNUAC a proposta que consecutivamente foi apresentada em Assembleias Gerais Extraordinárias das três associações então existentes, abrindo-se assim, como desejava o causador deste *frisson*, as vias rápidas conducentes à Assembleia Constituinte, à Comissão Instaladora, e, finalmente, à ACAPO.

Entenda-se que vias rápidas não significa percurso sem dificuldades, sem perigos à espreita, e, portanto, não se deduza que o processo de unificação tenha ficado

liberto de entraves, tenha adquirido uma feição de transparência livre de ciladas preparadas *out doors*.

Logo após a realização das Assembleias que garantiram a irreversibilidade do processo, assistiu-se a um conjunto de sucessivas tomadas de posição lateralmente concertadas por aqueles que, desde o primeiro momento, deram mostras de querer ocupar os lugares cimeiros da hierarquia associativa e, em concordância com essa apetência, sempre actuaram por forma a afastar das áreas de decisão ou de actividades públicas, quem de algum modo pudesse influenciar a tomada de deliberações contrárias à satisfação das suas pretensões.

Com essa finalidade, ao programar-se a Assembleia Constituinte, foi nos oferecida, com doces palavras, a honrosa faculdade de presidir à mesa da mesma. Porque quando a esmola é gorda o pobre desconfia, declinámos o convite. Fizemo-lo, porque vislumbrámos nessa lisonjeira oferta a cilada concebida pelo grupo duro que, desde início, procurava a oportunidade para nos afastar do processo. Se tivéssemos caído no engodo, como presidente da mesa da assembleia teríamos que dar posse à Comissão Instaladora, ficando assim impedidos de a integrar. Se a manobra tivesse sortido efeito, fora da CI, não teríamos hipótese, nem mesmo de integrar a lista de candidatos à Assembleia de Representantes.

Neste clima de adversidade, não foi nada fácil a sobrevivência de quem estava em minoria; contudo, mesmo assim, conseguiu algumas vezes travar os intentos dos que estavam externamente organizados, e, nessa condição, apoiando-se no mútuo favoritismo do grupo, continuaram a apresentar as suas soluções com sofisma, soluções que só foi possível serem aceites consensualmente, porque quem estava em minoria nunca perdeu de vista o objectivo principal, ou seja, o da institucionalização da ACAPO, e, nessa medida, sempre entendeu ser forçoso não se assumirem posições que de algum modo pudessem motivar a gestação de atritos retardadores do processo de unificação.

Realizadas, sequencialmente, as Assembleias Gerais Extraordinárias da ACLB, da LCJD e da ACNP, em que foi votada favoravelmente a adesão à unificação, realizada a Assembleia Constituinte (em 30-04-1989) em que foram aprovados os estatutos da ACAPO, eleita a Comissão Instaladora e à mesma dada posse, realizada a escritura pública que institucionalizou definitivamente a ACAPO (em 20-10-1989) e eleitos os primeiros Órgãos Sociais Nacionais e Regionais desta, dá-se início a uma nova fase, não menos importante que as já percorridas.

Com todos os Órgãos Sociais, previstos nos Estatutos, a funcionar em pleno, o que seria desejável era bem diferente do que o que se verificou na prática. Não foi necessário esperar muito tempo para que se pudesse chegar à conclusão de que,

de facto, as previsões e receios dos críticos do movimento pró-unificação das associações de cegos não eram infundados, mas se revestiam de algum realismo. Muito cedo se verificou que tais previsões e receios não eram gerados por um cepticismo puro e simples, mas eram o resultado de reflexões pertinentes, de análise dos factos que indiciavam o que, infelizmente, hoje temos que reconhecer como um mal que transitou das velhas estruturas associativas para a jovem ACAPO. Logo nos primeiros actos associativos, foi visível o sectarismo, que continuava vivo, a demagogia, que continuava a ser o método preferido para combater as vozes discordantes; logo se verificou que os discursos comicieiros continuavam a ser usados como armas eficazes para desviar as atenções dos alvos incómodos que convinha manter na obscuridade, que a prática de técnicas farisaicas, a propagação de informações erróneas continuavam a ser utilizadas para retirar credibilidade aos que tentavam alertar os narcotizados pelo canto da sereia, que, em suma, denunciavam a inferior capacidade técnico-administrativa dos dirigentes que, como avestruz que esconde a cabeça na areia, se recusam a admitir a realidade, e, conseqüentemente, assumindo-se como onnipotentes e omniscientes, não aceitam qualquer tipo de colaboração que lhes seja oferecido por sócios efectivos que não pertençam aos corpos directivos, ou, quiçá, que não sejam do seu *lobby*. A título de exemplos que clarificam esta afirmação relevamos dois factos, consumados logo no começo do reinado de Francisco Alves.

O primeiro respeita à publicação da Revista Galáxia , que não nos foi permitido manter, apesar da nossa disponibilidade, por várias vezes afirmada, preferindo a Direcção deixar os associados sem qualquer informação, até ao surgimento da revista Luís Braille; o segundo, mais revelador dos propósitos reais dos que queriam, a qualquer preço, ter o domínio absoluto da instituição, prende-se com a Comissão de Pais e Amigos das Crianças Cegas, que havíamos criado no dealbar do Movimento Pró-ACAPO, e que, apesar de sempre a termos dirigido com dedicação e o apreço dos que a constituíam, foi-nos retirada, contra a vontade expressa por alguns pais, a liderança da mesma, para ser confiada a uma associada que de há muito andava arredada destas lides e que, nada mais fez do que provocar a extinção da comissão.

Assim decorreram três anos de gestão duvidosa, consumindo-se mais do que o que se tinha, ostentando-se a riqueza que não se possuía, evidenciando sinais de novo riquismo à custa de um empenhamento do futuro da ACAPO que, se não se for bafejado pela sorte, só com muito sacrifício, com medidas de dura austeridade poderá ser resgatado; três anos em que não se criaram recursos financeiros alternativos aos gerados pelos sorteios, que cada vez mais são deploráveis, independentemente do ponto de vista pelo qual sejam encarados, e que, quando isso foi tentado através de um contrato de investimentos celebrado com a companhia de seguros Eagle Star, a irresponsabilidade foi tal, que os Directores, em acto público realizado nas instalações da ACAPO, o assinaram sem tão pouco conhecer o seu conteúdo final, pois dispensaram a leitura do mesmo, fazendo fé no outro contratante, que, releve-se, era um insuspeitável agente de seguros que apresentava um contrato com cláusulas contrárias aos interesses visados pela ACAPO, que, ao serem conhecidos, meses mais tarde, devido ao facto de a DN reclamar prémios a que julgava ter direito, obrigaram a que a

mesma DN renunciasse o referido contrato, para evitar danos mais gravosos nas já depauperadas finanças da Associação.

Como se depreende do que atrás se expôs e que pode ser confirmado pelos mais interessados, lendo alguns documentos oficiais, designadamente os sucessivos planos e relatórios de actividades dos executivos, bem como as contas de gerência, as actas das Assembleias Regionais e de Representantes, onde se inserem, em anexo, entre outros testemunhos, duas cartas assinadas pelo Representante Isidro E. Rodrigues, a vida associativa foi nestes três primeiros anos profundamente lesada por factores, que bom seria terem sido banidos do seu seio no mais curto espaço de tempo. Contudo, pelos sinais dos tempos, parece ser este justo desiderato cada vez mais difícil de concretização. Não é possível a ACAPO, nos três anos que se seguem, adquirir o equilíbrio financeiro indispensável à sua consolidação e crescimento, sob a égide de uma equipa de gestores que, *grosso modo*, assenta em elementos que transitaram do executivo nacional anterior, elementos que, não reconhecendo os erros cometidos, continuam a preconizar uma política de investimentos nos termos em que Adelino Guerra a define no artigo intitulado “Investir para Construir o Futuro”, publicado em Luís Braille de Outubro-Novembro de 1992, que continuam, na atitude de quem tudo sabe, a não escutar as sugestões correctoras dos que entendem que primeiro se devem fazer investimentos de capitais em fontes geradoras de recursos financeiros e não que os consumam para ostentar o que não se possui, dos que pensam ser urgente travar o crescente endividamento da ACAPO. Hoje são 28 milhões de pesetas à ONCE, são 15 mil contos ao BANIF, a juros de 19%, e depois, sabe-se lá o que pode vir a suceder.

Se as perspectivas, no plano financeiro, não são nada animadoras, no plano da coesão associativa, tão necessária à realização do muito que há a fazer a favor dos deficientes visuais portugueses, as coisas não se apresentam de melhor feição. Com efeito, contrastando com o facto de os dirigentes da ACAPO (com destaque para o Presidente da Dn), constantemente, em actos públicos, fazerem veementes apelos (numa atitude de falsa modéstia, hipócrita abertura a ideias e actividade de outrem) para que “todos dêem as mãos” e, sem reservas ou ressentimentos, cooperem na construção de um futuro promissor, o procedimento dos que tencionavam permanecer, por mais um mandato, na condução do processo associativo foi bem demonstrativo de que o objectivo visado não era a adesão participativa generalizada a projectos estruturados, mas, tão-somente, afastar radicalmente quem, em concordância com o pensamento de ideólogos míopes de tanto sectarismo, poderiam constituir um entrave à execução do plano concebido pelo *lobby* que tudo tem feito para dominar o associativismo dos deficientes portugueses. Se isto traduz o pessimismo de um profeta da desgraça, como devemos interpretar os acontecimentos que determinaram a saída forçada da Direcção da UCNOD dos elementos representantes da ACAPO e que ilações poderemos extrair das ocorrências processuais que envolveram o acto eleitoral realizado a 16 de Janeiro de 1993?

Pouco menos de um ano antes deste, segundo informações veiculadas por um elemento que participou nas actividades do *lobby partidário* e que diversos factos posteriormente confirmaram, um grupo de sócios da ACAPO residentes nos distritos do Porto, Aveiro, Coimbra e Lisboa, reuniu na capital (em sede extra-

ACAPO, ou seja, no centro de trabalho do PCP, sito na Av. Da Liberdade) para, mediante ditames partidários, determinar que o candidato a Presidente da DN continuaria a ser Francisco Alves, que Fernando Gabriel Substituiria Filipe Oliva na Presidência da MAR, concretizando-se, com esta depuração, o domínio dos Órgãos Nacionais, que passaram, no seu todo, a ser presididos por militantes do PCP.

Face a estas notícias, um grupo dos que pensam que os *lobbies* partidários não se devem instalar nas associações de deficientes, para as manipular a seu contento, que estas deverão estar equidistantes de todos eles, já que não são a coutada de nenhum em particular, que elas são de todos os que sofrem na carne e no espírito as consequências da sua deficiência, independentemente da sua ideologia política, credo religioso, ou outro qualquer distintivo, tudo fez para que a unidade, embora já demasiado débil, não fosse definitivamente quebrada, para que não se fomentasse a divisão, mas antes, se promovesse o diálogo construtivo, que viabilizasse uma candidatura apoiada por uma larga faixa de sensibilidades e não só por um grupo que, na sua génese, era sectário.

Como era previsível, os que detinham as rédeas do poder (agora reforçado com a total sintonia da MAR) nada fizeram para, ao menos aparentemente, modificar as estratégias que vinham prosseguindo, desde o início do processo ACAPO. Pelo contrário, mostraram, despudoradamente, um desrespeito total pela opinião dos que se lhes opunham, ao ponto de se recusarem a cumprir deliberações aprovadas por larga faixa da AR. Assim sucedeu com desvinculação da UCNOD, que, apesar de ter sido votada favoravelmente por larga maioria dos representantes, foi rejeitada pela MAR, em jeito de “golpe palaciano”, como o definiu Albertino Santana, um fiel adepto do grupo sectário dominante.

Ao longo do segundo mandato, a atmosfera que pairou sobre a ACAPO não foi muito diferente daquela que anteriormente se respirara; e não admira que assim fosse, pois que os actores em cena eram, grosso modo, os mesmos que vinham liderando o *modus operandi* da Instituição. Apesar de a DN ter incorporado membros não afectos à orientação partidária vigente, a segregação dos que não aceitassem a norma do “sim Sr. Presidente”, era inevitável. São ilustrativos desta afirmação, além dos participantes em seminários e outros eventos similares, o Congresso realizado sob a égide destes corpos gerentes. Sendo este o ar que se respira durante o segundo mandato da liderança de Francisco Alves (que é o último permitido estatutariamente), é de esperar que uma nova era vá nascer.

Perfila-se já no horizonte a candidatura de José Guerra, que fora, nos seis anos precedentes, Vice-Presidente da DN, de quem, apesar disso, se esperava um exercício dos poderes directivos mais próximo de quem sempre havia lutado pela democraticidade da ACAPO.

Com essa esperança, um grupo de associados, do qual fazíamos parte, procurou, à semelhança do que havia sucedido no passado, dialogar com o candidato indigitado pela direcção cessante. Em nome do grupo, nós e Jacinto Moita tivemos um encontro com José Guerra, propondo-lhe a formação de listas de candidatura aos Órgãos Nacionais constituídas por elementos apoiados por ambas as partes. Sucede que, nessa reunião, depois de se terem sugerido nomes,

como o de Tomé Coelho, Jerónimo Nogueira, Rui Nascimento, foi rejeitada a inclusão de outros candidatos por nós propostos, com o argumento de que os seus apoiantes não o consentiriam.

Face à postura de José Guerra, que nos surpreendeu porque o julgávamos mais independente, não nos restavam dúvidas de que ele cumpria as normas desde sempre vigentes. Não há dúvida que com esta tomada de posição, o que se nos afigurou foi que íamos ter mais do mesmo; que José Guerra iria ser o fiel seguidor do que, até então, fora prática corrente. Felizmente, enganámo-nos. O novo Presidente interpretara inteligentemente o que dele esperavam os seus proponentes, ou seja, leu nas entrelinhas do que anteriormente se foi concertando, que ele cumpriria apenas um mandato, guardando assim o lugar para Francisco Alves e que, durante este, por viver fora de Lisboa, nele delegaria funções, nas suas ausências ou impedimentos. Assim, em consequência desta leitura, rodeou-se de associados competentes residentes em Lisboa em quem, sempre que foi necessário, delegou funções. Além deste seu procedimento revelador de uma vontade de se libertar das amarras sectárias, ele promoveu uma política de diálogo com os que anteriormente haviam sido tratados como inimigos.

Simultaneamente a estes indicadores de que algo estava a mudar, a AR deixara de ser dominada pelos seguidistas de Francisco Alves, que perdera a eleição à Presidência da MAR, a favor de Pedro Ribeiro que, não resistindo à pressão sobre ele exercida pelos oponentes, abandonou, provocando eleições intercalares, ganhas por António Gonçalves.

Damaia, 12 de Novembro de 2002

ARTIGO V

PERSPECTIVAS DE UMA NOVA ORDEM ASSOCIATIVA

Com a desanuviada atmosfera que os agentes do terceiro mandato geraram, era de esperar que, finalmente, o entendimento entre ambas as partes em confrontação fosse conseguido. De início tudo se conjugava para que assim fosse. Foi, numa primeira reunião, acordado entre ambas as partes que a lista de candidatura à DN seria encabeçada por José Arruda sem que dela fizesse parte Francisco Alves, o qual faria parte da lista a candidatar à AR e que os lugares ímpares desta seriam ocupados por elementos de uma tendência, enquanto que os pares seriam ocupados pelos da outra. Sucede que numa segunda reunião, foi formulada a lista de candidatos à AR, tendo (conforme pensávamos na nossa boa fé) em consideração o acordo pré-estabelecido. Finda a reunião, tudo parecia estar a contento de todos. Mas não. Os adeptos de Francisco Alves (sempre ele o pomo da discórdia) não o tinham incluído na lista, porque fora integrado na candidatura à DN.

Foi esta trama possível, porque os dois negociadores da parte faltosa fizeram-no tão sorrateiramente, que os da outra parte, só posteriormente, ao terem conhecimento do logro em que caíram, renunciaram o acordo e, em curto espaço de tempo, organizaram duas listas de candidatura.

Perante esta realidade inesperada, o Presidente da MAR (António Gonçalves) adiou as eleições, favorecendo assim os faltosos, que tiveram mais tempo para se reorganizar. Todavia, mesmo com este favorecimento, a parte traída conseguiu uma maioria, que viabilizou a eleição da MAR presidida por José Valentim, o qual, por razões de ordem pessoal, renunciou às respectivas funções, provocando eleições intercalares que entregaram a Presidência a Fernando Gabriel, ao qual, por sua vez, viria a suceder Rui Nascimento.

No que concerne à DN, também nela se instalou, bem cedo, a instabilidade. Logo nas reuniões da Direcção, em que foram distribuídos os pelouros, estalou a discórdia entre Francisco Alves e Fernando Matos, por ambos reclamarem para si, a liderança da área das relações internacionais. Este, por entender que, para tal, reunia as condições necessárias, aquele, por considerar que esse desempenho lhe era devido, uma vez que, desde início, lhe havia sido confiado.

Em consequência desta guerrilha crescente, o ambiente por ela gerado foi tal, que o Presidente da DN, coadjuvado pelos que com ele se solidarizaram, apresentou o pedido

de demissão ao Presidente da MAR (já então Rui Nascimento), que convocou eleições intercalares, às quais, José Arruda se candidatou, mas com uma equipa expurgada dos dois beligerantes, ganhando, de novo, a liderança associativa, que lhe permitiu concluir, em ambiente pacificado, o quarto mandato, sucedendo o mesmo a Rui Nascimento.

Consolidando a tendência iniciada com José Guerra, para uma ACAPO liberta do sectarismo que até então fora dominante, José Arruda vai presidir, no quinto mandato, a um elenco directivo renovado, no qual se mantêm Carlos Iglésias (tesoureiro desde o início do Mandato anterior) e Renato Gonçalves.

No que respeita à AR, a tendência não é, no essencial, diferente. Os lugares de representantes foram distribuídos quase equitativamente, e a Presidência da MAR, foi-nos concedida por votos de ambas as sensibilidades, ainda que por uma margem pouco significativa.

Quanto ao funcionamento dos dois Órgãos Nacionais em apreço, temos que reconhecer, que nem sempre o saldo foi positivo. No decurso do quinto mandato, por diversas vezes assistimos a discórdias entre a AR e a DN, a acesos debates sustentados por ambas as partes. Todavia, esta atmosfera nunca impediu o normal funcionamento da vida associativa, viabilizando por inteiro o cumprimento do mandato. Também no que concerne ao entendimento da MAR com AR, foi, por vezes, evidente uma crispação sustentada alternadamente por ambos os sectores de representantes, mas debeladas pela atitude por nós assumida, de não diferenciar minimamente as partes, recorrendo mesmo à colaboração de Fernando Gabriel, quando nos deparávamos com alguma dificuldade de interpretação do regimento da AR, o qual tinha, nesta matéria, uma longa experiência. Sucede que esta nossa atitude não agradava ao sector que em maioria elegera a Mesa a que presidíamos e, conseqüentemente, geraram conflitos que só com o apoio dos opositores foi possível ultrapassar.

Pelo que se realizou no decurso da gerência de José Arruda, era de esperar que a conduta associativa continuasse a progredir na atmosfera de desanuviamento encetada por José Guerra. Com essa convicção, formámos uma lista de candidatura à DN, presidida por Augusto Deodato e procurámos para ela o apoio da gerência em funções, a qual, surpreendentemente, nos apresentou uma outra alternativa. José Arruda marcou um almoço de trabalho em que estiveram presentes, por nosso lado, Augusto Deodato, Salvino Ferreira e nós próprios e, pela DN, José Arruda, Carlos Iglésias, Sérgio Gomes e Esteves Correia. Logo ao entrarmos no restaurante, tivemos a sensação de que nos íamos confrontar com adversários e não com parceiros da mesma equipa. A presença de Esteves Correia, que não integrava nenhuma das partes negociadoras, era bem demonstrativa de que algo de estranho nos ia ser proposto.

Iniciado o almoço, José Arruda foi protelando o assunto que nos trouxera ali, tendo sido Sérgio Gomes o primeiro a tomar a palavra para nos comunicar que a DN contrapunha à nossa proposta uma outra, em que o presidente seria Esteves Correia e não Augusto Deodato, e que este ocuparia uma vice-presidência; que outros elementos da nossa proposta poderiam eventualmente integrar a lista da Dn, mas que nós seríamos excluídos, porque era necessária a entrada de uma Senhora, que, na sua opinião, seria Rita Iglésias.

Como se não bastasse o que já fora afirmado, para nos demonstrar que o caminho que trilhávamos estava minado demais, que não nos permitia qualquer possibilidade de negociações, por forma a encontrarmos uma solução consensual, os porta-vozes da DN, informaram, sem deixar margem para dúvidas, que Manuel Horta (um elemento que constava na nossa proposta) se dispusera a integrar a lista de Esteves Correia e que Francisco Caseiro, Presidente da Delegação de Coimbra, (um dos nossos proponentes) se deixara aliciar pelo canto da sereia com que a DN o atraía.

Face a esta realidade sórdida, declarámos a nossa indignação, que abandonávamos o processo eleitoral, recusando mesmo fazer parte da lista de candidatura à AR, e porque Augusto Guerreiro e Salvino Ferreira connosco se solidarizaram, abandonámos o almoço de trabalho, deixando a estrada aberta à candidatura proposta pela DN, que foi, como é do domínio público, a mais desastrosa que até hoje desgovernou a ACAPO. Foi tal o seu desmando, que nem a Unidade de Equipamentos Tiflológicos (UET) se salvou.

Este sexto mandato está a ser um verdadeiro desastre em muitas vertentes da identidade da ACAPO, mas aquela que mais lamentamos é da coesão associativa, pela qual sempre lutámos, que sai desta contenda ferida de morte. Por falta de visão da DN presidida por José Arruda, contrariando a tendência unificadora, esta deu-lhe um golpe do qual sai uma ACAPO mais dividida, viabilizando o estabelecimento de uma nova ordem associativa.

Damaia, 22 de Outubro de 2006